

ANA PAULA SOARES GOUVÊA¹; ADHEMAR LOURENÇO DA SILVA JÚNIOR
ORIENTADOR³

¹ anapaulasoaresgouva0812@gmail.com

³ – Universidade Federal de Pelotas adhemarj@ufpel.edu.br

A INVISIBILIDADE DO TRABALHADOR NEGRO NA HISTORIOGRAFIA DOS ANOS 1970

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo abordar a presença negra na historiografia no mundo do trabalho livre a partir de 1888. O objetivo é apresentar uma bibliografia que justifique a participação efetiva da população negra. A historiografia dos anos 1970 apresentava problemas na abordagem quanto à cor dos trabalhadores pobres e o movimento operário na República. Sabe-se que pesquisadores do mundo do trabalho pouco dialogaram com a luta e os problemas raciais enfrentados pela população negra.

Diante disso, questões levantadas por Nascimento (2016) estão presentes nas pesquisas de diferentes autores e autoras incluindo a herança da escravidão e o racismo nas suas análises dialogando de modo crítico com inquietações de Carlos Hasenbalg (1979), passando por historiadores posteriores a década de 1980 quando as pesquisas de Sheldom Maram (1979), Emilia Viotti da Costa (1982), Sidney Chalhoub (1986), Gladys Ribeiro (1990) começaram a incluir a existência de trabalhadores negros no mundo do trabalho livre.

Chalhoub (2009) embasado na pesquisa de outros autores, ressalta que o sistema escravista propiciou certa mobilidade social em algumas áreas brasileiras possibilitando aos alforriados certa mobilidade social minando assim, a solidariedade existente nas senzalas. A pesquisa de Hebe Mattos (1998) leva em conta as transformações sociais e culturais envolvendo senhor e escravo. Com a independência e expansão cafeeira no sul fluminense, seguido da elevação do preço do produto viria a encarecer a terra.

2. METODOLOGIA

A Bibliografia até os anos 70 era basicamente constituída pelas ciências sociais, logo este estudo tem um olhar pautado para o campo da História. Deste modo, procura-se estabelecer uma análise historiográfica a respeito da participação e inserção do trabalhador negro no mundo do trabalho livre ao lado de obreiros brancos e estrangeiros em diversos setores urbanos da sociedade. De acordo com Nascimento:

“a transformação de uma sociedade que agia, pensava e se entendia enquanto escravista numa outra cuja produção viria, teoricamente, pelo pagamento do trabalho realizado, foi estritamente tensa”. (NASCIMENTO, 2016 p. 2)

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Silvia Lara (1998:27) e Sidney Chalhoub (2009:15) apontaram problemas historiográficos e raciais na tese da substituição do trabalho escravo pelo livre. Brancos e negros trabalhavam lado a lado como operários e a historiografia antiga privilegiou trabalhadores brancos, negando a presença negra, livre e escravizada. Estas pessoas históricas eram representadas na historiografia dos anos 1970 como nacionais, imigrantes, sertanejos, nordestinos em face das suas condições de vida, valores, costumes, formas de lazer, hierarquias entre ofícios, imprensa operária, organizações de trabalhadores e talvez uma possível consciência de classe. A esse respeito, Álvaro Nascimento (2016:2) converge com a assertiva levantada por Lara e Chalhoub. Sidney Chalhoub (2001:78) em trabalho apresentado à ANPUH- Associação Nacional de Professores

Universitários de História, quando declarava que a luta dos escravos pela liberdade constituía no primeiro movimento operário no Brasil.

Reis e Gomes (2010) entendem que bastaria ao escravizado ser obediente e disciplinado para alcançar a liberdade por si próprio, ao passo que Lara (1988) e Chalhoub (1990) enxergam no paternalismo um meio de controlar os cativos e esses souberam aproveitar as oportunidades surgidas neste para sobreviverem ao cativeiro. Apesar do escravizado conseguir se livrar do cativeiro, a felicidade não era completa porque ainda restava resgatar algum parente do cativeiro por meio de negociação ou ajuste. Ana Flávia Pinto (2018), ao utilizar a metáfora “nem todas as crianças vingam”, encontrada na crônica de Machado de Assis declara que nem sempre a luta dos trabalhadores negros pela liberdade teve êxito, pois ficava algum membro da família negra a ser resgatado, exemplificado no caso da africana Luíza pesquisado por Natália Pinto (2019: 91). Beatriz Ana Loner (2001, p.260-262) faz um levantamento do associativismo negro em Pelotas a exemplo de Miller (1999) para a capital gaúcha. O associativismo negro em Pelotas contava com 45 entidades classificadas em dois grupos. No primeiro estavam associações negras não recreativas e o segundo grupo seriam as associações esportivas, recreativas e carnavalescas. No início do século XX era a vez dos clubes “recreativos, teatrais, carnavalescos, futebolísticos, entidades mutualistas, de assistência as crianças e de representação étnica” a se consolidarem em Pelotas (LONER, 1999, p.4).

A manutenção de laços familiares e seu convívio com membros da comunidade negra para suportar as atrocidades do cativeiro durante e depois foi fundamental para os trabalhadores negros sobreviverem neste sistema opressor. Estes vínculos na forma de apadrinhamento a uma criança escrava, como demonstrou Natália Pinto (2019), ou a análise feita por Santos (2003) e Pinto (2018) a respeito da trajetória da intelectualidade negra e suas atividades em prol deste setor populacional sugere-nos o quão o operariado pelotense estudado por Loner (2001) soube ressignificar trajetórias negras e suas especificidades num período em que o Estado encontrava-se ausente.

4. CONCLUSÕES

O recrudescimento nos trabalhos historiográficos focados no debate de classe e consciência de classe barrou pesquisas de historiadores do movimento operário que tiveram o cuidado de estabelecer o diálogo com o passado. Cláudio Batalha (1999), por exemplo, esclarece-nos que a formação da classe operária ocorreu no início do século XIX e poucos historiadores analisaram suas trajetórias e experiências de vida. Contudo, foram os historiadores da escravidão e do pós abolição a destacarem o protagonismo de homens e mulheres nas fábricas, portos, na construção de estradas, no exercício de atividade de profissão liberal, entre outros espaços. A este respeito Andrews (1998:154-172) mostra-nos a atuação de trabalhadores negros nas fábricas como operários ao lado de imigrantes e nacionais livres brancos. Na mesma vertente temos os estudos de Cruz (2005), onde negros carregavam sacos de café nos portos, fundaram sindicatos e até mesmo lideraram greves históricas.

Para Gomes e Domingues (2013) o século XX gerou a primeira geração de ex escravos e seus filhos expulsos das fábricas de São Paulo, Rio de Janeiro e demais regiões do país como São Luís, Recife, Pelotas, Porto Alegre e Salvador, pois, em nenhuma região do país a inserção ao mundo do trabalho livre ocorreu de modo semelhante. Para estes autores os industriais apostariam na contratação dos imigrantes europeus em virtude da política do embranquecimento da

população na tentativa de desvincilar de um passado escravista, enquanto o aparato policial tomava e toma negros como desordeiros, malandros, preguiçosos, ou bandidos. Desse modo, o proletariado negro, diferente do que é mostrado em pesquisas antigas, não foram tragados para o centro da terra como pensava a historiografia dos anos 1950-60 e 70.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Emilia Viotti da. **A abolição da escravatura**. São Paulo: Global, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista. **Revista História Social**, n. 19, p. 33-62, 2010.

DOMINGUES, José Petrônio. “A redenção da nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.31, n. 62, p. 19-48, 2011.

FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03. **Revista da ABPN**. Goiânia, v.5, n. 11, p. 5-28, jul./out. 2013.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

LARA, Sivia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888- 1930). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Editora Universitária: Unitrabalho, 2011.

MATTOS, Hebe. Os combates da memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros. **Revista Tempo**, v.3, n.6, p.1-12, 1998.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MÜLLER, Liane Susan. “**As contas do meu rosário são balas de artilharia**” – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Porto Alegre, 1999. Dissertação (História do Brasil) – IFCH, PUCRS, 1999.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o paradigma da ausência. Contribuição à história social no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 129, n.59, p.607-626. Set. dez. 2016

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade**: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista. Campinas. Editora da Unicamp, 2018.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos**: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. Editora Brasiliense, 1990.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou A Alvorada**: intelectuais negros e imprensa. Pelotas: Ed. UFPEL, 2003.